

Afif propõe que Congresso vote pacote

26B Pag 23 28.11.87

O Deputado federal Guilherme Afif Domingos divulgou, ontem, a proposta que pretende levar aos constituintes na próxima quarta-feira: o pacote fiscal do Governo deverá ser transformado em projeto de lei para ser avaliado pelo Congresso, que poderia interromper os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte durante o mês de dezembro para votar esta e outras questões. Se o Governo insistir em realizar a reforma fiscal por Decreto-Lei, o Deputado proporá à Constituinte a aprovação de eleições diretas para Presidente, imediatamente.

Convidado a participar, ontem, do almoço mensal da Associação Promotora de Estudos da Economia (Apec) e discutir o andamento dos trabalhos da Constituinte com cerca de 60 empresários, o Deputado criticou o projeto de reforma fiscal do Governo, afirmando que o aumento da tributação sempre resulta em aumento de despesas.

— E o déficit público não diminui. Para cavalo comedor é preciso adotar cabresto curto, ou seja, cortar despesas — afirmou.

Na opinião de Guilherme Afif Domingos, o Governo não tem o direito moral de cobrar tributos antes de demonstrar para a sociedade o que faz com as taxas já cobradas. Há seis meses, contou, ele deu entrada em um requerimento, junto com o Deputado Luís Ignácio Lula da Silva, exigindo a prestação de contas sobre o destino dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

— Depois de seis meses sem nenhuma resposta, voltamos a pedir ao Presidente do Congresso que exija uma resposta e a Caixa Econômica Federal disse apenas que não conseguira, ainda, fazer o casamento das contas do FGTS — contou.

O Decreto-Lei que transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade de autorizar ou não o aumento da dívida pública é, na opinião do Deputado, "uma medida, apesar de aparentemente sadia, absolutamente safada neste momento, pois é necessário que o Congresso esteja apare-



Guilherme Afif Domingos

lhado para exercer esse controle. Mas, em tese, é saudável".

Sobre a possibilidade de adoção de um novo choque econômico, com congelamento de preços e salários, Guilherme Afif Domingos se mostrou descrente, afirmando que o Governo não tem credibilidade para adotar a medida. Em sua opinião, o País passa por uma crise econômica e política, que pode se transformar em crise institucional. Para evitar este risco, afirmou, só mesmo um pacto direto entre povo e Governo, através das urnas. O pacto que legitimou a eleição de Tancredo Neves, pelo Colégio Eleitoral, representou, para o Deputado, uma procuração pessoal e intransferível, cuja transferência ao Presidente Sarney — considerada por Afif "um acidente histórico" — é a maior responsável pela debilidade política do Governo.